ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA TÉCNICA CONSULTIVA DO COMITÊ DE 1 2 INTEGRAÇÃO DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL – CEIVAP, REALIZADA NO DIA DEZESSETE DE NOVEMBRO DE DOIS MIL E VINTE DOIS, POR VIDEOCONFERÊNCIA. 3 NA FERRAMENTA MICROSOFT TEAMS. Com a presença dos seguintes membros: São Paulo – Luiz 4 5 Roberto Barretti (ABRHidro), Elias Adriano dos Santos (AJADES), Edilson de Paula (SIMA), José Roberto Schmidt (SIMA), Marcelo Manara (Pref. Municipal de São José dos Campos); Rio de Janeiro – Lucius de Sá 6 (FIPERJ), Markus Budzynkz (ADEFIMPA), Yurhii Budzynkz (ADEFIMPA), Marcela Toledo (Pref. Municipal 7 de São João da Barra); Minas Gerais - Eduardo Araújo (SEMAD), Marina Afonso (Pref. Municipal de Bicas), 8 Matheus Cremonese (PREA), Lidiane Carvalho (FIEMG); dos seguintes convidados: Aline Alvarenga 9 (AGEVAP), Daiane Alves dos Santos (AGEVAP), Marina Assis (AGEVAP), Ricardo Jacob (SABESP), João 10 Gomes (Sec. CEIVAP), Zenilson Coutinho (CBH-BPSI), Marcelle Terra (Pref. Municipal de São João da Barra) 11 ; para tratar da seguinte pauta: 1—Aprovação da ata da reunião anterior; 2 – Apreciação da Deliberação 12 que dispõe sobre a revisão do Plano de Aplicação Plurianual - PAP do CEIVAP 2022/2025; 3 -13 Apreciação da Deliberação que dispõe sobre o Planejamento Orçamentário Anual - POA 2023; 4 -14 Apreciação da Deliberação CEIVAP que dispõe sobre a Agenda / Planejamento Anual de Atividades do 15 CEIVAP para 2023; 5 – Apreciação de Deliberação CEIVAP que dispõem sobre a criação dos Grupos de 16 Trabalho: 5.1 - Implementação do Plano de Gerenciamento de Risco da Bacia Hidrográfica do Rio 17 Paraíba do Sul - GT Implementação PGR; 5.2 - Acompanhamento do Programa da elaboração das 18 etapas técnico-propositiva e político-institucional do enquadramento dos corpos de água da Bacia 19 Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul - GT Enquadramento; 6 - Análise da solicitação de apoio, conforme 20 21 previsto da Deliberação CEIVAP n° 271/2019, para o seguinte evento: 6.1 – XVII Congresso Estadual da APEDEMA-RJ sobre Meio Ambiente, Agroecologia, Educação e Saúde Ambiental, Economia Solidária e 22 Recursos Hídricos; e 7 – Assuntos Gerais. ITEM 1 Aprovação da ata da reunião anterior: O Sr. Luiz 23 Roberto Barretti, coordenador da Câmara Técnica Consultiva, iniciou a reunião cumprimentando a todos. A ata 24 da reunião anterior foi espelhada, e sem apontamentos, a mesma foi aprovada. ITEM 2 Apreciação da 25 26 Deliberação que dispõe sobre a revisão do Plano de Aplicação Plurianual - PAP do CEIVAP 2022/2025; ITEM 3 Apreciação da Deliberação que dispõe sobre o Planejamento Orçamentário Anual – POA 2023: 27 28 A Sra. Marina Assis (AGEVAP) disse que a apresentação seria realizada em conjunto, pois os dois itens estão 29 relacionados. A Sra. Marina iniciou mencionando que na Plenária de novembro será apresentado o POA de 2023 e que a elaboração do POA, acabou resultando em ajustes necessários no PAP 2022 e 2025. Falou que a 30 ANA encaminhou a nova previsão de arrecadação para o ano de 2023, voltando para os valores utilizados na 31 época de elaboração do plano, e como conclusão foram retomados os valores do o manual operativo do plano. 32 Fazendo um breve histórico, disse que a conclusão do processo de elaboração do plano integrado de recursos 33 34 hídricos ocorreu na metade do ano passado, sendo dividido em três fases. Falou que o PIRH tem como função primordial orientar a implementação da política de recursos hídricos na bacia hidrográfica e que o programa de 35 ações do plano, resultou em ações realistas e adequadas à realidade da bacia. Disse que foram levantadas as 36 37 ações e intervenções requeridas, além de definições de prioridade do cronograma de investimento, tudo isso no âmbito do PIRH-PS. Apresentou um gráfico de previsão de investimentos dos 15 anos do PIRH, com um recorte 38 dos 5 primeiros anos, contendo um quantitativo maior nos primeiros anos do plano, por ter um saldo em conta, e 39 fez uma breve explicação do PIRH-PS, MOP, PAP e POA e suas estruturas. Falou sobre a atualização do PAP 40 41 de 2022 a 2025, a aprovação do POA e trouxe as informações separadas por finalidade. Disse que na finalidade um, os ajustes realizados foram no sentido de adequar os valores que não foram gastos em 2022, então o saldo 42 de 2022 foi repassado para 2023, sempre na mesma ação, assim não houve remanejamento entre ações. A 43 finalidade dois engloba as ações de infraestrutura verde e saneamento, disse que outro ponto importante na 44 45 adequação dos valores do ano de 2022 para o ano de 2023, foi o caso do PROTRATAR. Mencionou que foi acrescido um valor nessa ação relativo à correção que a ANA repassou referente ao valor da arrecadação, pois a 46 47 antiga redução impactou o PROTRATAR. Disse que a finalidade três segue a mesma lógica de remanejamento 48 e na finalidade quatro além do ajuste dos anos, foi realizada a alteração no rateio do custeio da AGEVAP. O Sr. 49 João Gomes (Sec. CEIVAP) questionou sobre as ações que tinham desembolso programado para 2022 e foi para 2023 e pediu que fosse apresentado todos os números. Sugeriu que fosse colocado em cada agenda setorial o 50 valor do PAP. Pediu que explicasse se o valor de São Fidélis vai ser devolvido. Pediu também para que fosse 51 explicado sobre o valor da transposição, que por não haver contemplação de município do Rio de Janeiro teve 52 53 que ser readequado. E sobre o POA, quanto está previsto para desembolsar. A Sr. Marina Assis (AGEVAP) disse que vai acrescentar tanto os totais quanto o percentual na apresentação que será realizada na plenária. A 54 Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) complementou que essa parte do percentual e dos totais não foi inserida na 55 apresentação, mas já consta na deliberação. A Sra. Marina Assis (AGEVAP) deu segmento dizendo que na 56 tabela a finalidade é sempre a primeira linha da página, sendo possível ver os valores por ano, tanto da 57 transposição, quanto do CG ANA e o total, com percentual na última coluna, lembrando que sobre a 58 transposição, grande parte do recurso ainda fica em esgotamento sanitário. Disse que no ano de 2022 não 59 conseguiram utilizar parte do recurso da transposição, então foi readequado para 2023. Falou sobre os valores 60 61 que foram transferidos para 2023, disse que o POA não traz exatamente o desembolso, mas sim o orçamento previsto. Falou sobre a questão do edital do PROTRATAR, e mencionou o comentário do Sr. João Gomes sobre 62 a devolução, dizendo que além do aumento da cobrança, o edital do PROTRATAR de 2022 teve um valor 63

menor, além da questão da devolução e de não terem utilizado o recurso da transposição em 2022. Então o edital do PROTRATAR vai ficar maior, totalizando 60 milhões, considerando as devoluções e o ajuste da arrecadação, que entrarão nessa linha, por isso esse valor foi acrescido. Por fim mencionou que o desembolso maior é o do PROTRATAR e que pode trazer posteriormente a informação do desembolso, pois ela só será fechada no final do ano. A Sra. Lidiane Carvalho (FIEMG) questionou sobre os 7,5% previsto na Lei nº 9433/97 para as despesas de implantação e custeio administrativo do órgão, e se teria que atingir o máximo. A Sra. Marina Assis (AGEVAP) disse que na finalidade quatro do CG ANA seguem os 7,5%, mas na parte de transposição não é definido esse percentual e a finalidade três não entra na parte de custeio. ITEM 4 Apreciação da Deliberação CEIVAP que dispõe sobre a Agenda / Planejamento Anual de Atividades do CEIVAP para 2023: A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) cumprimentou a todos e deu início a sua apresentação da Agenda Anual de Atividades para2023. Disse que em junho deve ser enviado o relatório de atividades do que que foi realizado em 2022 para o Conselho Nacional de Recursos Hídricos, como prestação de contas. Falou também do Grupo de Trabalho Plano de Gerenciamento de Risco, que no ano que vem será transformado no GT Implementação do Plano de Gerenciamento de Risco. Falou, também, também o novo Grupo de Trabalho Enquadramento e listou a agenda dos demais grupos. Sem mais manifestações, a Deliberação que dispõe sobre dispõe sobre a Agenda / Planejamento Anual de Atividades do CEIVAP para 2023 foi recomendada para aprovação da plenária ITEM 5 – Apreciação de Deliberação CEIVAP que dispõem sobre a criação dos Grupos de Trabalho: 5.1 – Implementação do Plano de Gerenciamento de Risco da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – GT Implementação PGR: A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) falou da necessidade de criar esse grupo de trabalho em função da transparência, e também para que o comitê possa acompanhar os trabalhos que são feitos com a AGEVAP junto às contratadas. Disse que está sendo proposta a criação de dois grupos de trabalho, o primeiro vai substituir o grupo de trabalho da elaboração do plano de gerenciamento de risco, para acompanhamento da implementação do plano de gerenciamento de risco, sendo uma continuidade do trabalho. Mostrou também os representantes e falou sobre a competência do Grupo criado para acompanhar as ações para implementação do PGR e listou a composição das instituições. O Sr. João Gomes (Sec. CEIVAP) disse que o GT Vazões estava aguardando a finalização desse produto e questionou se já poderão avancar nas acões do Grupo. A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) lembrou que o estado de Minas Gerais estava aguardando as ações do plano de gerenciamento de risco serem definidas e aprovadas para poderem definir as ações específicas na porção mineira. Sem mais manifestações, a Deliberação que dispõe sobre criação do Grupo de Trabalho Implementação do Plano de Gerenciamento de Risco da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – GT Implementação PGR foi recomendada para aprovação da plenária. 5,2 Acompanhamento do Programa da elaboração das etapas técnico-propositiva e político-institucional do enquadramento dos corpos de água da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – GT Enquadramento: A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) disse ser um grupo de grande importância, justamente por ser um tema tão sensível a bacia. Descreveu a deliberação e destacou que além de acompanhar o grupo também vai opinar, por isso a importância desse grupo ter um aspecto técnico, tendo 12 representantes. Disse que a exemplo do que foi dito no GT Implementação, o GT também tem caráter temporário com vigência de 2022 a 2025, podendo se prolongar um pouco mais. O Sr. Luiz Roberto Barretti (ABRHidro) considerou que esse GT vai ter uma longa duração em função das ações prolongadas, levando algum tempo para surtir efeito. O Sr. João Gomes (Sec. CEIVAP) mencionou que ação de criação desse grupo, foi uma ação prevista no MOP e está sendo cumprida ainda esse ano. O Sr. Luiz Roberto Barretti (ABRHidro) acrescentou que esse grupo deve trabalhar em sintonia com o GT Monitoramento, pois um depende do outro. O Sr. João Gomes (Sec. CEIVAP) disse que por mais interessantes que sejam os grupos de trabalho, considera que a câmara técnica tem que fazer integração entre essas ações. Falou que o enquadramento vai ser feito por trechos de rios, e depois ver qual a priorização das ações nesses trechos, mesmo que no plano já tenha algumas prioridades. O Sr. Eduardo Araújo (IGAM) disse que é necessário atenção, pois esse instrumento de gestão é precário, porque nunca conseguiram implementá-lo e planejá-lo. Falou que o enquadramento é muito especifico em cima de muitas coisas abrangentes. O Sr. Luiz Roberto Barretti (ABRHidro) disse que todos os grupos, direcionam ações de interesse do comitê, focando em regiões onde o comitê vai ter interesse de resolver problemas maiores, e quando for trabalhar por exemplo em trecho de rios, os esforços do comitê vão se direcionar para lá também, e o PROTRATAR, Monitorar, Enquadramento, questões de recuperação de flora entre outros também acompanharão. Falou que não é feito nada sozinho e que precisam de unir esforços com outros entes, como Municípios, Estados e até a iniciativa privada. O Sr. Elias dos Santos (AJADES) disse que a implementação do enquadramento vai indicar outros critérios, inclusive nessa questão de poluição difusa. O Sr. Luiz Roberto Barretti (ABRHidro) acrescentou que talvez a decisão não seja tecnicamente onde é mais viável, mas sim onde tenham mais parceiros para trabalhar junto. O Sr. Eduardo de Araújo (IGAM) destacou que têm poucas experiências em relação a bacia, e que por isso devem pensar na qualificação, capacitação dos grupos de trabalho e preparo para lidar com situações como essa. Disse não estar acostumado a lidar com a realidade de um enquadramento para uma bacia com esse nível de complexidade, com as questões econômicas envolvidas, e que vão pesar não só na escolha do trecho, mas também na prática de operar esses trechos a partir dos dados do monitoramento. O Sr. Elias dos Santos (AJADES) comentou sobre a fala do Eduardo em capacitação, e aproveitar a expertise que existe dentro da bacia, tendo algumas universidades que tem trabalho de pesquisa relacionadas à Bacia do Rio Paraíba do Sul. O Sr. Luiz Roberto Barretti (ABRHidro) falou que devem ter capacidade de mobilização, interlocução e

64 65

66

67

68

69

70

71

72

73

74 75

76

77 78

79

80

81

82 83

84

85

86 87

88 89

90 91

92

93

94

95

96 97

98 99

100

101102

103

104

105

106

107108

109

110

111

112113

114

115116

117

118

119

120121

122

123 124

125

126

gerenciamento para trazer uma boa proposta que retorne em beneficio para bacia. Sem mais manifestações, a Deliberação que dispõe sobre criação do Grupo de Trabalho Acompanhamento do Programa da elaboração das etapas técnico-propositiva e político-institucional do enquadramento dos corpos de água da Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul – GT Enquadramento foi recomendada para aprovação da plenária ITEM 6 Análise da solicitação de apoio, conforme previsto da Deliberação CEIVAP nº 271/2019, para o seguinte evento: 6.1 - XVII Congresso Estadual da APEDEMA-RJ sobre Meio Ambiente, Agroecologia, Educação e Saúde Ambiental, Economia Solidária e Recursos Hídricos: A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) falou sobre a solicitação de apoio enviada para o XVII Congresso Estadual da APEDEMA-RJ e disse que no momento que chegou Deliberação CEIVAP n° 271/2019. Mencionou que foi solicitado a APEDEMA que complementassem as informações. Falou que no orcamento previsto não tem um valor consolidado, mas na primeira solicitação eles pediram apoio em relação a aquisição de algum material, e dentro da deliberação precisaria de um orçamento do valor especificado, então pode-se dizer que eles cumpriram parcialmente a solicitação de encaminhar todas informações, mas que depende do olhar da câmara técnica em apoiar ou não. Disse que tem que ser um valor razoável em relação ao valor que já foi aportado para o ECOB, e na solicitação eles pedem: 75 blusas, 75 canetas, 75 blocos, 75 canecas/copos e 75 bolsas/sacolas e auxilio na divulgação. A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) continuou mencionando que, sobre o auxílio na divulgação não há impedimento, pois é algo que está dentro das atividades, divulgar eventos das instituições que fazem parte do comitê, mas em relação a aquisição do material precisa consultar a câmara técnica para saber seu entendimento. O Sr. Eduardo de Araújo (IGAM) questionou como vai ser a participação do CEIVAP, e disse que é de grande importância que esteja linkado ao plano de educação ambiental, e à medida que tiver indicações de educação ambiental e mobilização de comunicação do CEIVAP com foco nas agendas do plano de bacia, tem que apoiar. A Sra. Marina Afonso (Pref. de Bicas) disse que não sabia sobre o trabalho de educação ambiental desenvolvido pelo CEIVAP O Sr. Eduardo de Araújo (IGAM) disse que na próxima reunião vai falar sobre esse assunto, fazendo a apresentação do trabalho do GT de educação ambiental e passar conhecimento a todos membros. Sobre a análise da solicitação de apoio, a Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) disse que a Deliberação CEIVAP nº 271/19 estabelece todos critérios e prazos, e a Plenária deu a prorrogativa a câmara técnica para aprovar esses pedidos. Sem mais esclarecimentos a serem feitos, a Câmara Técnica Consultiva recomenda o aporte de recursos para aquisição de 50 canetas, 50 blocos e apoio na divulgação do evento. ITEM 7 Assuntos Gerais: O Sr. Elias dos Santos (AJADES) fez um relato sobre a participação na reunião Colegiado Coordenador do Fórum Nacional em Manaus/AM. Disse que foi realizada visita técnica na bacia do Tarumã-Açu. Falou que foi relatado na reunião do Colegiado Coordenador sobre um caso ocorrido no ENCOB de tentativa de agressão e mencionou que já estão sendo tomadas as devidas providências sobre o assunto. Finalizou dizendo que o CBH-PS completa 28 anos e que ele será homenageado com o troféu Pingo D'água. A Sra. Aline Alvarenga (AGEVAP) lembrou que no final de novembro será realizado o ECOB e o CEIVAP abriu seleção para a participação de membros da sociedade civil. O prazo foi prorrogando até o presente dia e o Sr. Luiz Roberto Barretti e o Sr. João Gomes irão representando a diretoria no referido evento. Sem mais assuntos a serem tratados, o Sr. Luiz Roberto Barretti, coordenador da Câmara Técnica Consultiva, agradeceu a todos e encerrou a reunião. A presente ata foi lavrada por mim, Adriely Aguiar, Secretária ad hoc, e, depois de aprovada, foi assinada pelo coordenador da CTC, Sr. Luiz Roberto Barretti, que presidiu a reunião.

Resende, 17 de novembro de 2022.

127128

129

130 131

132

133

134

135

136

137

138

139

140

141142

143

144

145

146 147

148

149

150

151152

153

154155

156

157

158

159160

161

162163

164165

166 167

177178

Luiz Roberto Barretti Coordenador da Câmara Técnica Consultiva do CEIVAP